

Primeira Assembleia de 2018 reafirma o calendário de luta dos Professores Municipais



Aconteceu no dia 28 de março a primeira Assembleia da categoria dos professores da Rede Municipal de Ensino de Jequié. A APLB Sindicato, com o aval da categoria, deu início ao calendário de lutas por melhorias na educação e valorização dos seus profissionais, com ênfase na campanha salarial de 2018.

A diretora da APLB, Caroline Moraes, explicou demoradamente sobre a primeira reunião que o Sindicato teve com a Comissão Permanente de Negociação (no dia 21 de março) e as dificuldades em se ter uma comunicação direta com o Secretário Municipal de Educação para a discussão da pauta pedagógica, dentre outros assuntos.

Caroline informou a categoria sobre a reunião com os três Sindicatos dos Servidores Municipais que teve como objetivo discutir a auditoria da folha feita pela empresa DELOITTE. Sobre essa questão, o Presidente da Comissão Permanente de Negociação e Secretário de Finanças, Verivaldo Santana, informou na Reunião com a APLB Sindicato que assim que receber o relatório da Deloitte irá convocar uma reunião com os 3 (três) sindicatos dos servidores municipais para esclarecimentos sobre a questão.

Sobre o pagamento dos retroativos dos processos administrativos, Caroline afirmou que a Secretaria da Fazenda tem alguns processos para liquidar e que já estão na Contabilidade. Assim que concluir a tramitação dos

processos serão aplicados em folha.

Em relação a Política de Segurança e sobre as reformas das escolas municipais, Caroline alertou aos professores da necessidade de fiscalizar se os serviços da reforma estão em consonância com as planilhas. Caso haja denúncias de irregularidades, essas devem ser encaminhadas para para os devidos Conselhos de Controle Social. Ela também enfatizou que reivindicou do Governo Municipal maior segurança nas escolas e a concretização de uma parceria entre o município e a Polícia Militar, principalmente nas localidades e turnos identificados de maior risco.

O pagamento do percentual do Piso Nacional do Magistério Público (6,81%) para 2018 de acordo com a Lei nº 11.738 foi o ponto chave da Assembleia. APLB informou que cobrou do Governo agilidade no pagamento e defendeu que haja avanço por parte do município em relação a implementação do Piso Salarial para 2018. "O pagamento do Piso é essencial para que haja avanços na educação. A APLB Sindicato de Jequié encaminhou ao Governo a solicitação do pagamento desde o início de janeiro, de acordo com o ofício nº 001/2018", afirmou Caroline.

A Comissão Permanente de Negociação prometeu organizar uma proposta de aplicação do Piso e apresentar para o Sindicato em reunião no dia 10 de abril. Diante disso, a categoria deliberou pela realização de uma nova assembleia no dia 12/04/18 com o objetivo de avaliar a proposta feita pela comissão.

DIAGNÓSTICO FEITO PELA APLB SINDICATO DE JEQUIÉ SOBRE O INÍCIO DO ANO LETIVO DE 2018 NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JEQUIÉ



Análise de diagnóstico

O Sistema Municipal de Ensino de Jequié possui 87 escolas municipais que tiveram ou terão o início do ano letivo de 2018 em dias diferenciados, o que causa preocupação aos estudantes, pais, mães, professores e funcionários, pois é preciso organizar calendários letivos diferenciados que contemplem o cumprimento do que é exigido por Lei, diante dessa diversificação de início das aulas.

Além da diversidade de dias de início das aulas dentro de um só Sistema Municipal de Ensino, há também a realidade de que algumas escolas iniciaram as aulas ainda com a continuidade das reformas, o que demanda uma atenção maior, no sentido de garantir que não haja prejuízo no processo de ensino e aprendizagem, que não afete a saúde na atuação dos trabalhos desenvolvidos pelos professores e funcionários, como também a reforma deve contemplar a necessidade da escola e que não sofra interferência, ou seja, que o início das aulas não venha "aligeirá-las" de forma a comprometer a qualidade do serviço. É preciso que haja a fiscalização dessas reformas por parte da Comunidade Escolar e por quem tem interesse em fiscalizar os gastos com o dinheiro público. Em algumas escolas, no mês de março, notou-se a diminuição de quantitativo dos trabalhadores que estão prestando serviço de manutenção, ampliação e construção das escolas, mesmo sem os trabalhos de conclusão.

As escolas para ter o seu funcionamento pleno necessitam também dos Funcionários de Apoio e há a informação de que alguns desses funcionários estão nas Unidades Municipais de Ensino ainda sem

regularizar a situação salarial com a Empresa Terceirizada.

Outra realidade que foi possível observar, de janeiro a março deste ano, exonerações e consequentemente nomeações de gestores escolares da seguinte forma:

- 09 Diretoras Efetivas exoneradas e 02 diretoras efetivas nomeadas;
- 08 Diretoras Não Efetivas nomeadas e 01 Diretora Não Efetiva exonerada.
- Situação que dar margem a rotatividade de nomeação e exoneração dos gestores escolares, o que não é recomendável.
- Em se tratando do início do ano letivo com a garantia de que não haja interrupção das aulas por falta de professores, é possível observar a publicação no Diário Oficial do Município dos seguintes Editais:
- Em 14 de março de 2018 o Edital de Nº 03/2018 da Seleção pública para cadastro reserva para cargos de professores de História, Geografia e Língua Inglesa dos Anos Finais do Ensino Fundamental;
- Em 26 de março de 2018 foi publicado o Edital de Nº 05/2018 da Seleção Pública para preenchimento de vagas temporárias para cargo de professor – Anos Iniciais do Ensino Fundamental- das Escolas Nucleadas do Campo situadas em localidades de difícil acesso.

Os Editais dessas seleções foram publicados dias depois das aulas terem iniciado na maioria das escolas municipais, ou seja, tardiamente.

A APLB tem acompanhado todas as ações pertinentes a rede municipal de ensino e tem buscado debater junto aos Conselhos e a categoria de professores sobre a importância da fiscalização e apontamento de problemas que venham a afetar o andamento regular do ano letivo.

APLB se reúne com a Comissão Permanente de Negociação para discutir Campanha Salarial de 2018



No dia 21 de março a APLB Sindicato de Jequié esteve reunida pela primeira vez neste ano com a Comissão Permanente de Negociação para discutir assuntos relevantes para a categoria de Professores Municipais de Jequié.

Essa reunião foi solicitada

através de ofício da APLB encaminhado ao Governo Municipal desde o dia 04 de janeiro do ano em curso. Além deste, o Sindicato fez cobranças do agendamento dessa reunião durante a realização da Jornada Pedagógica e através de telefonemas.

Com pauta extensa, devido a demora no agendamento da reunião, foram discutidos os seguintes pontos:

- ◇ Agenda de audiências com o Secretário Municipal de Educação;
- ◇ Informações sobre a auditoria feita pela DELOITTE na folha de pagamento da Prefeitura;

- ◇ Processos Administrativos / Pagamento dos retroativos e aplicação do direito requerido;
- ◇ Piso Salarial do Magistério para 2018 com a aplicação do percentual de 6,81% de acordo com a Lei nº 11.738/2008;
- ◇ Pagamento salarial dentro do mês trabalhado;
- ◇ Outros assuntos.

A pauta discutida será exposta detalhadamente pela diretoria da APLB Sindicato em Assembleia agendada para o próximo quarta-feira (28).

A reunião aconteceu no prédio da Prefeitura e contou com a participação do presidente da CPN e Secretário de finanças, Verivaldo Santana, do Secretário da CPN, Marcio Rafaelle, representantes da APLB e do Assessor Técnico da APLB Sindicato de Jequié, Joel Câmara. O prefeito de Jequié, Sergio da Gameleira, teve uma pequena participação na reunião. Já o Secretário Municipal de Educação, Roberto Gondim, não pôde comparecer e justificou a ausência.

A MERITOCRACIA ESCAMOTEIA OS CONFLITOS VIVENCIADOS PELO PROFESSORADO NA ESCOLA E FAVORECE A EXISTÊNCIA DA DESIGUALDADE NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Por meritocracia podemos entender, em linhas gerais, um tipo de organização cujas posições são alcançadas com base no mérito. Na educação, remete à adoção do merecimento como o parâmetro seletivo.

A palavra Mérito vem do latim "meritum" e designa tanto ganho, lucro quanto pena, castigo. "Ter mérito" é "quem é merecedor, ter mérito supõe ser digno de recompensa, elogio, prêmio.

Deste modo seria merecedor quem apresenta um conjunto de qualidades intelectuais e morais reconhecidas.

Neste contexto, a meritocracia surge como um sistema social, político e econômico em que os privilégios são obtidos pelo mérito e o poder é exercido pelos mais qualificados, mais competentes, mais talentosos.

Este discurso está arraigado ao pensamento neoliberal onde a qualidade do sistema educacional passa a ser relacionada à sua produtividade. E a identidade é vinculada à eficiência, eficácia e efetividade. Onde se cria oportunidade para "todos" concorrerem, mas somente os bons permanecerão.

No Sistema Meritocrático, as condições reais do trabalho docente, bem como as que estão sujeitas às escolas, as questões pedagógicas mais diretas, não são levadas em consideração, porque a educação se torna um lugar de negócios, de "mercado".

Nesta perspectiva, adotar a meritocracia sem considerar quaisquer mudanças verdadeiramente efetivas, como, nas condições de trabalho dos professores, na infraestrutura e equipamentos, na relação número de alunos por sala, na aproximação com a comunidade escolar, entre outras tantas questões, não é o melhor caminho.

É possível estimular os profissionais a serem cada vez mais comprometidos com sua atividade? Evidentemente que sim. Carreiras bem estruturadas, condições de trabalho, de pesquisa e de estudos no ambiente escolar, salários dignos, participação efetiva da comunidade escolar são fatores fundamentais para o alcance do sucesso.

É importante pensar em uma escola que possa formar cidadãos conscientes e críticos, dispostos a resistir ao projeto de escola submetida à produtividade e à competitividade. Neste sentido, o que se almeja é um projeto político que valorize e respeite o trabalhador docente e lhe ofereça condições dignas de trabalho, formação no horário de trabalho, plano de carreira condizente efetivamente com sua responsabilidade social.

O cenário da meritocracia mostra que não é o melhor caminho para se atingir altos patamares de qualidade educacional, pois, esta política escamoteia os conflitos vivenciados pelo professorado no chão da escola, responsabilizando-os individualmente e diretamente pelos problemas educacionais. Com efeito, acredita-se que esses problemas, na verdade, emanam da coletividade e devem ser resolvidos mediante discussões com amplos setores da sociedade, respeitando e ouvindo, acima de tudo, os próprios professores.

Portanto, resistamos a este sistema que só favorece a existência da desigualdade na educação.



(Caroline Moraes – APLB Sindicato de Jequié)

Trabalhadores/as de Jequié protestam contra a Reforma da Previdência



No dia 19 de fevereiro, os/as Trabalhadores/as em Educação de Jequié aderiram a Greve Geral Nacional contra a Reforma da Previdência que acaba com a aposentadoria de milhões de brasileiros. A manifestação liderada pela APLB Sindicato, CTB de Jequié e a Frente Brasil Popular ocorreu no início da manhã, em frente à Vela Cultural do Mandacaru e contou com a participação e apoio de várias entidades sindicais. Durante o ato foi realizada panfletagem e esclarecimentos junto à população sobre as ameaças que a Reforma representa para os direitos adquiridos dos/as trabalhadores/as. Foram divulgados os nomes dos/as deputados/as que estão apoiando o desmonte do sistema previdenciário e alertado sobre a importância de manter-se mobilizado contra qualquer mudança que prejudique o/a trabalhador/a.

A manifestação teve continuação na forma de passeata até o centro da cidade, concentrando-se em frente ao Banco do Brasil.



PARALISAÇÃO EM DEFESA DO PISO!



VAMOS À LUTA!

ATO PÚBLICO DE PARALISAÇÃO EM DEFESA:

- ➔ DO PISO SALARIAL DO MAGISTÉRIO;
- ➔ POR MAIS SEGURANÇA E INVESTIMENTO NAS ESCOLAS;
- ➔ CONTRA O DESMONTE DO IPREJ.

26 DE ABRIL
08h - EM FRENTE A PREFEITURA MUNICIPAL

APLB
Sindicato

Delegacia Sindical do Sol/Apromuje

HISTÓRICO DE REAJUSTE DO PISO SALARIAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE JEQUIÉ PERÍODO DE 2013 A 2017

2013 – PISO 7,97%	2014 – PISO 8,32%	2015 – PISO 13%	2016 – PISO 11,36% Reconfiguração – 8,9%	2017 – PISO 7,64%
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Nível I – 7,97% integral a partir de Agosto; ✓ A partir do Nível II – 2% - Agosto ✓ 1,80% - Outubro ✓ 2% - Dezembro ✓ 2,17% - Janeiro/2014 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 6,78% - Retroativo a abril ✓ 1,54% - a partir maio 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 3,25% - Julho ✓ 3,25% - Agosto ✓ 3,25% - Setembro ✓ 3,25% - Outubro 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ PISO: I - 2,84% Agosto II - 2,84% Setembro III - 2,84% Outubro IV - 2,84% Novembro ✓ RECONFIGURAÇÃO DA TABELA(A partir do Nível II) I – 1,78% - Julho II - 1,78% - Novembro III - 1,78% - Janeiro/17 IV -1,78% - Fevereiro/17 V - 1,78% - Março/17 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 1,53% - Julho ✓ 1,53% - Agosto ✓ 1,53% - Setembro ✓ 1,53% - Outubro ✓ 1,52% - Novembro



Unidade e Resistência
na luta pela garantia e
ampliação dos direitos!



APLB Sindicato de Jequié oficializa ao Governo Municipal o novo índice de atualização anual do Piso Nacional do Magistério para 2018

A APLB Sindicato de Jequié oficializou ao Governo Municipal o novo índice de atualização anual do Piso Nacional do Magistério para 2018 anunciado pelo MEC no dia 28 de dezembro de 2017. No documento do sindicato também foram encaminhadas em anexo a cópia da Portaria Interministerial de Nº 1595/2017 e as Tabelas de Remuneração do Magistério Municipal com a referida atualização.

EXPEDIENTE

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia - Delegacia Sindical do Sol / APROMUJE

Rua Trecchina, 18, Centro, CEP 45200-00 - Jequié-BA

Telefax: (73) 3526 1606

Diretores Responsáveis:

Diretora Geral: Caroline Moraes

Secretário de Imprensa: Marcos Roberto Novaes

Comunicóloga: Renata Batista - Reg. 6244 DRT-BA

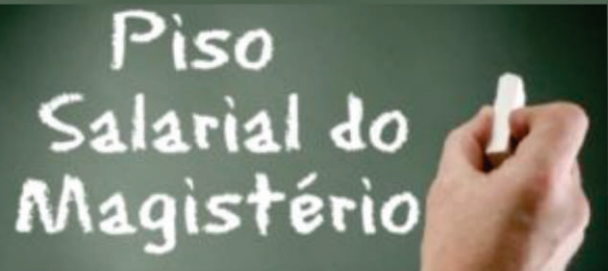
Projeto Gráfico e Editoração: Wilson Kock

Fotos/créditos: Ascom APLB/APROMUJE

ACESSE: www.aplbjeque.com.br

aplbjeque@gmail.com

FÓRUM DO PISO DO MAGISTÉRIO ANUNCIA REAJUSTE DE 6,81% PARA 2018



No dia 20 de dezembro de 2017 reuniu-se na sede do Ministério da Educação, em Brasília, o Fórum para acompanhamento da atualização do valor do piso salarial profissional nacional do magistério, previsto na estratégia 17.1 da Lei 13.005, que aprovou o Plano Nacional de Educação.

Seguindo a interpretação válida desde 2010 para a atualização anual do piso do magistério, prevista no parágrafo único do artigo 5º da Lei 11.738, o reajuste para 2018 será de 6,81% e o valor nominal de R\$ 2.455,35.

No início de dezembro, a CNTE havia antecipado o reajuste do piso do magistério com base na atualização do Valor Anual por Aluno (VAA) do FUNDEB, publicado na Portaria Interministerial n. 8, de 29/11/17.

A regra para atualizar o piso do magistério se pauta no crescimento do VAA estimado, de dois anos anteriores. Portanto, o percentual de 2018 foi extraído da diferença percentual dos VAAs do FUNDEB publicados nas Portarias Interministeriais n. 7, de 16/12/16 e n. 8, de 29/11/17.

Confira, abaixo, o histórico das atualizações oficiais do piso do magistério: